

TELETRABALHADOR	
Nome:	
Matrícula:	
Lotação:	
Período em que o servidor estará sujeito ao regime de teletrabalho	
Periodicidade de comparecimento do servidor, ao local de trabalho, para o exercício regular de suas atividades (para os casos previstos no art. 9º deste Decreto)	

Descrição das atividades a serem desempenhadas pelo Servidor	Metas a serem alcançadas

Cronograma de reuniões com a chefia imediata para avaliação de desempenho, bem como eventual revisão e ajustes de metas									
Ano: _____									
Dia/mês	Dia/mês	Dia/mês	Dia/mês	Dia/mês	Dia/mês	Dia/mês	Dia/mês	Dia/mês	Dia/mês

Teletrabalhador (Servidor em teletrabalho)	Telegerente (Chefia imediata)
Ciente dos Requisitos Técnicos do § 4º do art. 6º; Ciente do Trabalho Pactuado;	Autorizo conforme planejamento acima.
Data: ___/___/___	Data: ___/___/___
Assinatura	Assinatura

DECRETO Nº 69.530, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO COVID – 19 (CORONAVÍRUS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 107 da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº E:01101.0000000619/2020, Considerando a classificação de pandemia e a declaração de situação de emergência internacional pela Organização Mundial de Saúde – OMS; Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante Políticas Sociais e Econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição Federal; e Considerando a necessidade de regulamentação no Estado de Alagoas, da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19 (coronavírus), bem como as demais medidas adotadas pela União Federal,

DECRETA:

Art. 1º O presente Decreto dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Alagoas, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19 (coronavírus).

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde decorrente do COVID-19 (coronavírus) poderão ser adotadas as seguintes medidas:

- I – isolamento;
- II – quarentena;
- III – exames médicos;
- IV – testes laboratoriais;
- V – coleta de amostras clínicas;
- VI – vacinação e outras medidas profiláticas;
- VII – tratamentos médicos específicos;
- VIII – estudo ou investigação epidemiológica;
- IX – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e
- X – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

Art. 3º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas e bens contaminados, transportes e bagagens no âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do COVID-19 (coronavírus); e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou ainda bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, no âmbito de sua competência, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do COVID-19 (coronavírus).

§ 1º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Estado na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada “tabela SUS”, quando for o caso, e terá suas condições e requisitos definidos em atos infralegais emanados pela Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, sendo certo, que seu período de vigência não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19 (coronavírus) declarada pela Organização Mundial de Saúde – OMS, e envolverá, em especial:

I – hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e

II – profissionais da saúde, hipótese que não acarretará na formação de vínculo estatutário ou empregatício com a Administração Pública Estadual.

§ 2º As medidas previstas neste artigo somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública.

§ 3º Fica assegurado às pessoas afetadas pelas medidas previstas neste artigo:

I – o direito de serem informadas permanentemente sobre o seu estado de saúde e a assistência à família conforme regulamento;

II – o direito de receber tratamento gratuito; e

III – o pleno respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais das pessoas.

Art. 4º Ficam suspensos, imediatamente, no âmbito do Estado de Alagoas, pelo prazo de 15 (quinze) dias:

- a) eventos de qualquer natureza com público superior a 500 (quinhentas) pessoas em eventos abertos e 100 (cem) pessoas em eventos fechados;
- b) visitação em bibliotecas, museus, teatros e parques públicos, permanecendo o seu funcionamento interno;
- c) os jogos com público do Campeonato de Futebol no Estado de Alagoas, sendo permitidos jogos com os portões fechados;
- d) atividades coletivas de cinema; e
- e) academias de esportes de todas as modalidades.

Art. 5º Os bares e restaurantes deverão observar na organização de suas mesas a distância mínima de um metro entre elas.

Art. 6º A Entidade responsável pela administração de porto organizado deverá suspender as operações de atracação de cruzeiros e outras embarcações de passageiros de grande porte, nos termos dos incisos VIII e X do § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 12.815, de 5 de junho de 2015.

Art. 7º Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a SESAU, SEDUC, SSP, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil e Perícia Oficial deverão observar os procedimentos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em especial, a instrução do processo com a devida justificativa e parecer do órgão de assessoria jurídica, na forma do art. 38 da referida Lei.

Parágrafo único. A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a situação de emergência internacional declarada pela OMS.

Art. 8º Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas de infração administrativa prevista no inciso VII do art. 10, da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 9º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar para a adoção das medidas pela SESAU com o objetivo de conter a emergência do COVID-19 (coronavírus), nos limites previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA e na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo sua vigência enquanto perdurar a situação de emergência internacional.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Estadual nº 69.501, de 13 de março de 2020.

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES, em Maceió, 18 de março de 2020, 204º da Emancipação Política e 132º da República.

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO  
Governador

=====

JOSÉ ROBERTO SANTOS WANDERLEY  
Gerente de Documentação e Publicação de Atos Governamentais

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO, GOVERNADOR DO ESTADO, EM DATA DE 18 DE MARÇO DE 2020, DESPACHOU OS SEGUINTE PROCESSOS:

PROC.E:4105-49/19, da AMGESP = Com fundamento no Despacho PGE/PLIC nº 1498/2019 e no Despacho PGE-PLIC-CD nº 2784/2019, aprovado pelo Despacho PGE/GAB nº 3181/2019; no Despacho PGE/PLIC nº 107/2020 e no Despacho PGE-PLIC-CD nº 218/2020, aprovado pelo Despacho PGE/GAB nº 274/2020; bem como no Despacho PGE/PLIC nº 208/2020 e no Despacho PGE-PLIC-CD nº 410/2020, aprovado pelo Despacho PGE/GAB nº 579/2020 docs. 1771897, 1777099, 1784356, 2501202, 2522908, 2539046, 2769195, 2773114 e 2777001, respectivamente, todos da Procuradoria Geral do Estado, homologo o procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão Eletrônico nº AMGESP 11.192/2019, cujo respectivo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de correlatos, destinados à Administração Pública Estadual, devidamente adjudicado em favor das empresas MASIF ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.968.926/0001-63, para o item 17; MEDLIFE LOGÍSTICA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.315.202/0001-05, para os itens 24 e 26; ALAGOAS COMERCIAL MÉDICA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.232.365/0001-68, para os itens 08, 10, 12, 13, 14, 16 e 22; CRUZEL COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.877.178/0001-43, para os itens 01, 03, 04, 05 e 06; e IMPACTO MED EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.109.731/0001-30, para os itens 09, 11, 15, 23, 25 e 27, de que trata o Processo Administrativo nº E:04105.000000049/2019. Publique-se. Remetam-se os autos à AMGESP, ficando o Diretor-Presidente da Agência de Modernização da Gestão de Processos autorizado à concretização da Ata de Registro de Preços.

PROC.E:2100-2945/19, da SSP = Com fundamento no Despacho PGE-PLIC nº 142/2020 e no Despacho PGE-PLIC-CD nº 282/2020, aprovado pelo Despacho PGE/GAB nº 416/2020, de docs. 2598995, 2603800 e 2628493, todos da

Procuradoria Geral do Estado - PGE, autorizo a contratação, pelo Estado de Alagoas, por intermédio do Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP, da empresa COPLATEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.533.049/0002-03, cujo objeto é a aquisição de coletes balísticos Nível III A, resultante da adesão à Ata de Registro de Preços nº 0001/2019, vinculada ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 23/2018 - SEGUP/PA, originária da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, de que trata o Processo Administrativo nº E:02100.0000002945/2019. Publique-se. Remetam-se os autos à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP para as providências cabíveis, ficando o Secretário de Estado de Segurança Pública autorizado a representar o Estado de Alagoas na celebração do Contrato, devendo, antes do ajuste, juntar os documentos, devidamente atualizados, de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da empresa a ser contratada que se encontrarem com seu prazo de vigência expirado.

PROC.2000-2334/19, da SESAU = Com fundamento no Despacho PGE/PLIC-SEINFRA nº 03/2020 e no Despacho PGE-PLIC-CD nº 233/2020, aprovado pelo Despacho PGE/GAB nº 326/2020, de docs. 2535404, 2551560 e 2557124, todos da Procuradoria Geral do Estado - PGE, autorizo a celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 36/2017 - CPL/AL, a ser ajustado entre o Estado de Alagoas, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, e o CONSÓRCIO HOSPITAL METROPOLITANO DE ALAGOAS, formado pelas empresas ENGENHARIA DE MATERIAIS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.157.967/0001-69, e UCHÔA CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.276.767/0001-12, cujo objeto é a readequação do Projeto de Engenharia e, por consequência, a readequação da Planilha Orçamentária, resultando num acréscimo de 7,51% (sete vírgula cinquenta e um por cento) e a informação da dotação orçamentária para seu custeio, de que trata o Processo Administrativo nº 02000.00002334/2019. Publique-se. Remetam-se os autos à SESAU para as providências cabíveis, ficando o Secretário de Estado da Saúde autorizado a representar o Estado de Alagoas na celebração do Termo Aditivo, devendo, antes do ajuste, juntar os documentos, devidamente atualizados, de regularidade fiscal e trabalhista da empresa contratada que se encontrarem com seu prazo de vigência expirado.

=====

JOSÉ ROBERTO SANTOS WANDERLEY  
Gerente de Documentação e Publicação de Atos Governamentais  
**Protocolo 500597**

=====

**Gabinete Civil**

=====

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE GESTÃO INTERNA DO GABINETE CIVIL, FELIPE CORDEIRO, EM DATA DE 18 DE MARÇO DE 2020, DESPACHOU OS SEGUINTE PROCESSOS:

PROC.E:1101-35/20 do GC = DESPACHO Nº 123;

E:1101-36/20 do GC = DESPACHO Nº 124; e

E:1101-37/20 do GC = DESPACHO Nº 125.

DESPACHO: Autorizo. Retornem os autos à SUPOFC para adoção